



Martha Abreu. **O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

Festas como maneira de entender vida urbana

por Marcus Bretas

O estudo de festas como eventos reveladores de importantes características da estrutura social tem uma longa tradição nas ciências humanas. Das bacanais e saturnálias antigas, passando pelas feiras medievais até o carnaval contemporâneo, inúmeros intelectuais buscaram encontrar chaves para o conhecimento nestes momentos onde a ordem é posta de lado em benefício da alegria. A maior parte das respostas oscila entre duas perspectivas: a festa seria ou um momento de revelação da assimetria social, onde se preparariam as grandes mudanças, ou uma concessão dos poderosos, dias de folia e brincadeira que fariam mais toleráveis os muito mais freqüentes dias de miséria e opressão.

Recusando-se a aceitar estas alternativas, Martha Abreu nos convida a uma visita guiada às Três Cidras do Amor, a barraca do Teles na Festa do Divino, realizada no Campo de Santana em meados do século 19. Passeando com grande erudição por entre polcas e lundus, Martha evita soluções fáceis, explicações definitivas derivadas de quadros teóricos pré-existentes, preferindo acompanhar a trajetória da festa em meio a um variado conjunto de fontes históricas.

Não foi por acaso que ela escolheu uma festa do passado, a Festa do Divino no Rio de Janeiro, que por um longo tempo foi a mais importante no extenso calendário festivo da cidade para depois desaparecer na memória da cidade, de que poucos deixaram registro. Festas têm sua história, e é assim que devem ser compreendidas. O Divino ganha mais e mais sentido ao ser relacionado com a expansão da cidade, começando no então distante Campo de Santana, depois engolido pelo crescimento urbano, quando vê a Igreja de Sant'Anna posta abaixo, para permitir a construção da estação ferroviária da Central do Brasil, e o Campo das festas urbanizado em jardim europeu para onde hoje poucos vão. O Divino se relaciona também com o poder imperial. Combatido e reprimido no período regencial, quando as agitações e aglomerações nas ruas do Rio eram vistas como possíveis ameaças à ordem, o Divino volta a seu fausto com a estabilidade do segundo reinado, onde se encontram na festa e no Estado os imperadores meninos. Envelhecidos, a festa e o Estado seriam levados juntos pela enxurrada de progresso e civilização que buscava mudar o Brasil.

Convém não esquecer, também, o papel da religião e da Igreja. A festa fazia parte de um calendário tradicional de comemorações religiosas que privilegiava as demonstrações exteriores de devoção. O catolicismo chamado barroco que se afirmara no período colonial teria uma longa permanência na cultura popular brasileira, mas enfrentaria o ataque às formas religiosas antigas pelo pensamento do século 19. A Igreja mesma oscilaria entre a defesa da tradição e formas mais espirituais de afirmação da fé, onde as festas teriam sido perdidas para um povo muito pouco preocupado com seus aspectos devocionais. Partindo da festa é possível, para Martha, testar as relações entre este catolicismo e o Estado imperial na segunda metade do século 19, entrecruzando ainda mais os elementos de sua análise.

Se a festa pode ser dotada de uma história e compreendida no quadro de transformações de sua época, mesmo sua decadência permite novas apropriações, em que a festa desaparecida vai se tornando peça de uma memória da cidade e parte de uma tradição brasileira. A linhagem de autores nacionais que utilizam a festa do Divino como cenário ou personagem parte de Martins Pena e Manuel Antônio de Almeida até chegar a Melo Moraes Filho e Luiz Edmundo. Este papel da festa que já não mais existia, transformada em folclore e evidência de brasilidade é tratada no capítulo dois, mas poderia ser mais explorada. Mas é muito provável que esta memória da festa ajude a compreender como a nacionalidade brasileira se define, entre outros atributos, por seu caráter festivo, ainda que as festas brasileiras pareçam sempre castigadas pelo descompasso entre seu passado de glórias e seu presente desvirtuado. Uma elite ansiosa por sua nacionalidade tem saudades de um passado que se foi.

O trabalho de Martha Abreu termina por suscitar uma difícil e interessante questão: Qual a diferença entre a festa corrente e a festa do passado? Talvez uma das melhores respostas seja através da discussão da desordem. As festas presentes carregam sempre o fantasma desta desordem que a elite brasileira sempre se preocupou tanto em não permitir. No meio das danças, jogos e teatros se reuniam desordeiros, indivíduos desclassificados, que poderiam transformar a festa em lugar de violência. Era tarefa do poder público conter esta multidão perigosa, buscando sempre uma imprecisa e inatingível festa sadia e civilizada. O que podia ser diversão para muitos, como as queimas de fogos ou as rifas e loterias, podia ser objeto da preocupação da administração pública, e fonte de conflitos antes e durante a festa. Acompanhando as festas cariocas, a autora nos mostra como uma infinidade de motivos jamais permitiu a construção desta festa imaginada, a não ser, talvez, na reconstrução das festas passadas, das quais o caráter desordeiro desaparece da memória, que perpetua apenas a alegria de participar.

Todos os interessados no estudo das festas brasileiras encontrarão neste livro um rico material de discussão que contribui enormemente para a história social do Rio de Janeiro do século 19. Lamente-se apenas que tamanha qualidade editorial seja apresentada em volumes que, quando manuseados, desfazem-se nas mãos do leitor como a lembrança de festas passadas.

Marcus Bretas
Professor do Departamento de História da UFRJ e autor de Ordem na cidade (Rocco)
* Publicado no Jornal do Brasil, 29/07/2000.